



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

MEMÓRIA E EXPLORAÇÃO MADEIREIRA NA CAPITANIA DE ILHÉUS DO SÉCULO XVIII: TRABALHO E CONEXÕES

Madson Mendes dos Santos*
(UESB)

Isnara Pereira Ivo**
(UESB)

RESUMO

O estudo sobre a capitania de Ilhéus requer uma série de análises de documentos datados do século XVIII disponíveis para pesquisas pelo acervo da Biblioteca Nacional do Brasil, Arquivo Ultramarino, Mapoteca do Itamaraty, dentre outros, o que Pierre Nora descreve como “lugares de memórias”. Esses documentos trazem informações consistentes sobre o dia-a-dia das comunidades que fizeram parte da dita região no século XVIII, como das relações comerciais e de trabalho, políticas da Coroa portuguesa e posicionamento de grupos de colonos, sendo esse último, carregado de intenções pessoais para reafirmar o seu presente.

PALAVRAS-CHAVE: Exploração madeireira. Ilhéus. Memória.

INTRODUÇÃO

A história da região de Ilhéus esteve marcada pela passagem do ciclo do cacau entre os séculos XIX e XX em seu território, aliás, este “fruto de ouro” acabou se transformando em personagem central da história daquela região, legando na maior parte da historiografia³²⁶ um discurso baseado na relação do cacau com o

* Mestrando em Memória, linguagem e sociedade, Programa de Pós-graduação em Memória, linguagem e sociedade. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. E-mail: madson_mendes@hotmail.com.

** Professora Dra. do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em Memória, linguagem e sociedade. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. E-mail: naraivo@gmail.com.

³²⁶ Como: CAMPOS, João da Silva. *Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Ilhéus: Editus, 2006 (3ª ed.), FREITAS, Antonio F. G. de e PARAÍSO, Maria H. *Caminhos ao encontro do mundo. A capitania, os frutos de ouro e a Princesa do Sul*. Ilhéus: Editus, 2001, e MAHONY, Mary Ann. *The world cacao made: society, politics and*



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

seu meio: econômico, social, cultural e político. Alguns historiadores ³²⁷ empregaram em um esforço recente por reconstruir os espaços naturais daquela região, demonstrando existir um potencial histórico naquelas terras entre os séculos XVII e XVIII, como evidencia o trabalho de José do Amaral Lapa (LAPA, 1968), que trata dentre outras coisas, das Feitorias Reais, os quais eram responsáveis por tornar a exploração madeireira em um negócio da Coroa.

Para essa região foi dada uma grande importância através de estudos como o do historiador Marcelo Henrique Dias, no qual, sinaliza para uma série de pesquisas em que demonstram uma potencialidade não apenas agrícola da região da Capitania de Ilhéus, mas também, de um volume significativo de exploração florestal, se configurando como uma importante peça comercial na engrenagem da Coroa Portuguesa em sua colônia. (DIAS, 2007).³²⁸ A exploração madeireira dessa forma, orientou nos processos de abertura de cortes e ocupações de populações, como também, as reservas financeiras vindas da Coroa, as quais alimentavam os cortes, amadureceu de forma determinante aquela economia.

Dessa forma, para que houvesse um melhor aproveitamento da floresta eram necessárias criações de rotas de escoamento, tanto por terra, quanto pela água. Em trabalho recente, a historiadora Isnara Pereira Ivo identifica uma série de ligações comerciais - “*sertões conectados*” - realizadas a partir da Capitania da Bahia com base na extração e comércio do ouro e, seguindo ao sul até a Capitania de Ilhéus. “Saindo de Salvador, Cachoeira era a porta de entrada para o sertão e para as minas de ouro da Bahia, seguindo o curso do rio Paraguaçu. Jaguaripe era

history in Southern Bahia, Brazil, 1822-1919. Yale: Dissertation of the degree of doctor of Philosophy. Yale University, 1996.

³²⁷ Daí destaca-se trabalhos como do historiador Marcelo Henrique Dias e seus diversos estudos sobre a exploração madeireira na Capitania de Ilhéus, como em: DIAS, Marcelo H. *Economia, sociedade e paisagens da capitania e comarca de Ilhéus no período colonial*. Niterói, PPGH-UFF, 2007 (tese de doutorado) e também, trabalhos como o de José Augusto Pádua: PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. RJ, Zahar, 2002.

³²⁸ Em tese de doutorado, Dias aponta no capítulo quatro para uma série de aspectos que constituíram a exploração madeireira na Capitania de Ilhéus, como espécies florestais, áreas de cortes de madeiras, além de algumas relações comerciais que ocorriam no período em questão.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

próxima a Valença e era via de acesso à Capitania de Ilhéus e ao Sertão da Ressaca.” (IVO, 2009, p. 45).

Partindo dessa lógica, de que o comércio não se fez isolado, muito pelo contrário, estava conectado entre os povoados e vilas, e entre capitanias, partiremos através de fontes do século XVIII - relatos de viajantes, ofícios, relações de remessa de madeiras, dentre outros – para uma análise de como se construiu os quadros de ligações entre a exploração e a distribuição de madeira na antiga Capitania de Ilhéus. Para tanto, tomaremos aqui, o método de Carlo Ginzburg do *paradigma indiciário* como uma orientação metodológica, fundamentada na investigação das particularidades, as quais serão definidas como indícios ou pistas deixadas nas documentações.

O trabalho de pesquisa sobre a exploração madeireira na antiga comarca de Ilhéus é baseado em fontes primárias, essas, pertencentes dentre outras, a Biblioteca Nacional, Arquivo Histórico Ultramarino, Mapoteca do Itamaraty e Arquivo Público do Estado da Bahia³²⁹. Trata-se de ofícios encaminhados para os administradores dos Reais Cortes, encomendas de madeiras e outras matérias primas da construção naval, tabelas que relacionam e classificam as espécies de madeiras de acordo com certas propriedades, como resistência, densidade, valor de mercado etc., memórias e mapas, dentre outros documentos. Essa gama de informações dá conta não apenas de questões ligadas ao comércio e/ou transporte de madeiras, na verdade, esses documentos compõem o que Pierre Nora classifica como “*lugares de memória*”, os quais, serão tratados aqui como “relatos de memória”, amparada no modelo investigativo de Carlo Ginzburg dos “pormenores” de um documento, questionando até mesmo aquilo que por muitas vezes não chama tanta a atenção. (GINZBURG, 1990).

Primeiramente, é importante deixar claro a descrição de memória para Pierre Nora. Para ele, não existe mais memória, pois esta é um processo vivido,

³²⁹ Embora tenham sido citados outros arquivos, apenas será discutido nesse texto o documento relativo aos Anais da Biblioteca Nacional.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

conduzido por grupos vivos, que está em evolução permanente e suscetível a todas as manipulações. Nesse caso, a memória seria uma forma pura de conservação da identidade de um povo. Essa identidade estaria unida por laços de tradições, proporcionando a transmissão e continuidade da memória de um grupo.

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. (NORA, 1993, p. 9).

Dessa análise, Nora elimina a aproximação entre memória e história, atribuindo à história um papel secundário na interpretação do passado. Ele elege as sociedades tradicionais como as detentoras da memória com base em uma unidade coletiva. A memória seria uma ligação direta com o passado, por outro lado, a história oferece o estudo científico dos fatos. Nesse sentido, utiliza-se hoje da história para lhe conferir lugares nos quais se pode pensar que não somos feitos de esquecimentos, mas sim, de lembranças.

Então, o que nos resta agora? Bem, segundo ele, a história será a memória posta em papel. Mas se é descrito por Nora que a memória é dirigida por grupos tradicionais vivos, que transmitiam através das gerações suas recordações, o que teremos a partir da introdução dos estudos em história? Apenas vestígios. Em outras palavras, *lugares de memória*. Descreve Nora a relação da história com esses restos:

Lugares salvos de uma memória na qual não mais habitamos, semi-oficiais e institucionais, semi-afetivos e sentimentais; lugares de unanimidade sem unanimismo que não exprimem mais nem convicção militante nem participação apaixonada, mas onde palpita ainda algo de uma vida simbólica. Oscilação do memorial ao histórico, de um mundo onde se tinham ancestrais a um mundo



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

da relação contingente com aquilo que nos engenhrou, passagem de uma história totêmica para uma história crítica; é o momento dos lugares de memória. Não se celebra mais a nação, mas se estudam as celebrações. (NORA, 1993, p. 14).

Dessa maneira, o que se caracteriza como memória é a ligação direta de grupos vivos com o passado, o que não é atribuído, por exemplo, pela história. Entretanto, o que a memória nos lega segundo Pierre Nora são os restos, à medida que desaparece a memória, nós acumulamos vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis daquilo que algum dia foi uma representação da memória (NORA, 1993, p. 15). São esses os verdadeiros *lugares de memória*, que ganham vida com a presença da história.

Os “relatos de memória” sobre a exploração madeireira na antiga comarca de Ilhéus no século XVIII, os quais sinalizei no primeiro parágrafo deste tópico, são aqui descritos como *lugares de memória*, esses, revelados em cada documento oficial da época, faz com que a memória daqueles grupos não se apaguem. Esses documentos, repletos de vestígios de uma sociedade extrativista, nos demonstram através dos “relatos” a organização dos grupos políticos, que buscavam a simpatia do rei de Portugal, a utilização de mão de obra, indígena, escrava e livre, as inúmeras remessas de madeiras que eram retiradas dos Cortes Reais e suas diversas propriedades e aplicações, enfim, a utilização dos restos de memória contribuiu para que a história dessa região tivesse mais do que um passado recente, mas que encontrasse na história um instrumento para dar um significado não mais inteligível. O fragmento a seguir aponta como se procedia, por exemplo, a instalação, transporte e pagamentos aos trabalhadores dos cortes de madeiras.

Estes Cortes eram feitos indistintamente nas matas, mais próximas aos portos, e rios navegáveis e encarregados dos Ouvidores das Comarcas que incumbiam o fabrico destas madeiras, a pessoas a que davam o titulo de Administradores, e estes aos fabricantes, estradeiros, e [arrastadores] delas, aos quais se adiantavam algumas quantias de dinheiro, que a Real Fazenda



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

remetia aos mesmos Ouvidores, a proporção destas encomendas. As madeiras fabricadas por este método eram transportadas em barcos de particulares para a Ribeira desta cidade, onde depois de examinadas, e medidas, eram avaliadas, e se procedia a um ajuste com a pessoa autorizada, e a quem pertencia, de que se lavrava termo (...) presente os Mestres, que depois de assinado pela competente parte, se lhe davam conhecimentos em forma, para que eles (tivessem) os seus pagamentos na Casa da Real Fazenda.³³⁰

O “relato memória” acima tem como autor Baltazar da Silva Lisboa, ouvidor da comarca de Ilhéus. As descrições dão conta da extração de madeiras, da contratação de funcionários para o transporte tanto por terra quando por água, em embarcações contratadas por administradores e, do pagamento feito pela Fazenda Real, essa última, caracterizada pelas reservas financeiras que tornaram permanentes os cortes de madeiras na Feitoria de Cairu. A história aqui se apropria dos “relatos de memória” como um mecanismo científico, através do uso da crítica, da problematização dos acontecimentos e da reflexão dos fatos. A implicação desses estudos na perspectiva da exploração madeireira nos leva a novas abordagens para os estudos em história. Além disso, os documentos levantados para essa e outras pesquisas contribuem para o adensamento da historiografia voltada para o período do Brasil do século XVIII.

Os cortes de madeira que eram feitos desde o período da chegada dos portugueses ao Brasil, com os cortes aleatórios de pau-brasil, ganhou aspectos diferentes na antiga Capitania de Ilhéus ao longo dos três séculos colonização. *“Até 1715, a atividade madeireira na Bahia e nas capitanias do sul era um negócio exclusivamente privado. Neste ano foi instituído o regime de feitorias reais para suprir as encomendas da Marinha com a nomeação do primeiro mestre carpinteiro”*

³³⁰ O texto citado é Memória sobre as matas da comarca de Ilhéus, cortes das madeiras, ordens que a este respeito se tem expedido; regulamento dos referidos cortes, e estado atual desta dependencia, até o dia 1 de agosto de 1803, por baltazar da silva lisboa, s. i. (circa 1803), 1803, f. 8, ms. 512 (56, doc. 24) ABN.* Texto adaptado.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

³³¹. Da mesma forma, com a entrada de um recurso financeiro permanente, através da Coroa Portuguesa, foi possível a criação de um ciclo contínuo de exploração, possibilitando uma diversificação de atividades e de trabalhadores derivados da receita Real.

Contudo, as atividades relacionadas à exploração madeireira se transformaram em uma preocupação para as autoridades envolvidas neste negócio, visto que essas atividades marcaram um período de mais de cem anos, exigindo uma boa administração para que se prosperassem os cortes. Dessa forma, as inquietações se faziam pela necessidade de se aumentar o volume de remessas de madeira para Lisboa, sendo feitas com menor custo e maior qualidade. O texto a seguir retrata uma solicitação de remessa de madeira no período posterior ao terremoto de Lisboa.

No ano de 1770, em que pela necessidade de maiores remessas de Madeiras para Lisboa, a vista das encomendas feitas em antecedentes ofícios... **(ilegível)** For encarregado sem **(ilegível)** algum pelo Excelentíssimo Senhor Conde de [Lumiares], e junta da Real Fazenda, e Ouvidor da Comarca dos Ilhéus que então servia Lourenço Antonio de Gouvêa, da inspeção desses Cortes, dando-se-lhe um Mestre, e [Contram.e] para a direção das derrubadas, **(ilegível)**, e alinhamento das Madeiras, ao fim de serem feitas com as pedidas dimensões, de boa qualidade se não desperdiçarem estas como havia acontecido em outros tempos.³³²

Para a realização dos cortes de madeiras com eficiência, se fazia imprescindível à boa aplicabilidade da mão de obra, e nesse caso, não apenas do mestre carpinteiro vindo de Portugal, acostumando com os cortes de pinheiros, mas, da boa experiência local, sobretudo com relação às entradas nas matas, essas que por muitas vezes eram desconhecidas. Para tanto, a mão de obra indígena se

³³¹ Esse artigo é uma versão modificada de parte do quarto capítulo da tese de doutorado: DIAS, Marcelo Henrique. *Economia, sociedade e paisagens da capitania e comarca de Ilhéus no período colonial*. Niterói, PPGH-UFF, 2007, P. 06.

³³² Texto adaptado: Memória sobre as matas da comarca de Ilhéus, cortes de madeiras, regulamento dos cortes e estado atual ... por Baltazar da Silva Lisboa, 1803, f. 8, ms. 512 (56, doc. 24), p. 05.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

fazia indispensável, pois tinham conhecimento empírico sobre a floresta, reconhecendo árvores de boa qualidade para embarcações, como também, força e habilidade no corte de madeiras.

Esta Villa fica situada, como se mostra no Mapa, em lugar eminente, ameno e aprazível. A sua população é de até 300 Índios, em que entram muitas famílias de espécie degenerada com brancos Portugueses. São muito robustos para o trabalho áspero do Campo, e insignes conhecedores de Madeiras de construção, e peritos trabalhadores dos Reais Cortes, e abridores de novas estradas para a condução dos paus á borda d'água.³³³

Vale ressaltar que a mão de obra africana, assim como a indígena, foi muito utilizada tanto na derrubada de árvores quanto na produção de tabuados e “pranchões” de madeira e, principalmente no arrasto das madeiras encontradas no meio da floresta.

Os denominados Administradores, nada percebiam, ainda a titulo de ajuda de custo, e se contentavam, ou pelos elogios e distinções que se lhes fazia a vista do zelo, e eficiência que constavam ao Governo, tinham observado naquelas diligencias, ou por algum interesse em poderem tão bem vender algumas Madeiras, e tabuados que fabricavam com os seus escravos, e agregados, ou finalmente em apurarem mais os Governos das tais lavouras com que assistiam aos trabalhadores.³³⁴

Além disso, as inúmeras estradas abertas para o escoamento de toras e tabuados, nas quais posteriormente, a maior dessas estradas, a que ligava o sul ao norte da Capitania de Ilhéus, recebeu o título de estrada Real, se configuraram não apenas como escoamento madeireiro, mas também, pelo trânsito de agentes

³³³ NOTÍCIA da viagem e jornadas que fez o capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto entre os índios sublevados nas vilas e aldeias da Comarca de Ilhéus e Norte da Capitania da Bahia, (sem data, posterior a 1792). Rio de Janeiro : BN, 1 doc. original 17 f. inim. 5 est. Coloridas. Ms 512 (50).

³³⁴ Texto adaptado para uma maior compreensão de: Memória sobre as matas da comarca de Ilhéus, cortes de madeiras, regulamento dos cortes e estado atual ... Por Baltazar da Silva Lisboa, 1803, f. 8, ms. 512 (56, doc. 24) p. 4 - 5.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

integralizadores, tais como sertanistas, comboieiros, boiadeiros, tropeiros ou homens de negócio.³³⁵

As conexões entre os chamados “sertões” foram de grande importância para o abastecimento comercial principalmente de Salvador. O texto de Marcelo Henrique, sobre a “floresta mercantil” demonstra que a Capitania de Ilhéus se configurou como uma periferia no circuito comercial de origem em Salvador, esses destinos se interligavam em rotas tanto terrestres, quanto por água (DIAS, 2007). Desse modo, pensar nas conexões entre os diversos pontos da colônia, e nesse caso, na Bahia, é perceber as amarrações comerciais que foram feitas para o desenvolvimento de inúmeras regiões.

O monopólio madeireiro na Capitania de Ilhéus abasteceu por longos anos do período do Brasil Colonial, as frotas mercantes e de guerra de Portugal, tanto na construção quanto no reparo de embarcações. Diferentemente do ocorrido em outros lugares do Brasil, como no Recôncavo da Guanabara³³⁶, no Rio de Janeiro, no qual, não havia um aparato burocrático com o objetivo de fornecer madeira continuamente, na Feitoria Real de Cairu (pertencente à Capitania de Ilhéus), os cortes de madeiras instalados legou um rico fundo documental por seu caráter oficial e permanente, por um período aproximadamente de 100 anos.

Orientados a partir de investimentos vindos da Coroa Portuguesa, o qual alimentavam receitas em diversos quadros sociais, - desde os “falquejadores”³³⁷ até os donos de terras e de escravos, os quais lucravam com a retirada de madeiras de suas terras e com os aluguéis de negros cativos - os cortes Reais e as rotas de escoamento de madeira não só moldaram as paisagens naturais através da

³³⁵ Artigo modificado do texto da tese de doutorado, IVO, Isnara Pereira, HOMENS DE CAMINHO: trânsitos, comércio e cores nos sertões da América portuguesa - século XVIII. Belo Horizonte, FAFICH, 2009. Texto “O ouro de boa pinta e a abertura das minas baianas: conexões dos sertões, adaptabilidades e trânsitos culturais no século XVIII.” P. 2.

³³⁶ Texto do historiador CABRAL, Diogo de Carvalho. Floresta, política e trabalho: a exploração das madeiras de lei no Recôncavo da Guanabara (1760-1820) Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 28, nº 55, p. 217-241 - 2008. P. 219.

³³⁷ Termo muito comum para descrever os serradores do período do século XVIII.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

derrubada de árvores, como também, orientou na ocupação desses mesmos espaços pelo homem.

As fontes iconográficas da época apontam diversas áreas de exploração madeireiras como, Rio de Contas, Boipeba, Cairu, Camamu, Maricoabo, Taperoá, Mapedipe, Una, Igrapiúna, dentre outras, nas quais interligavam o sul ao norte da Capitania de Ilhéus. O grande fluxo de mercadorias, e nesse caso, de madeiras, quase sempre tinha um destino, a Capitania da Bahia, na qual poderia ser utilizada para reparo de naus, ou enviadas para Portugal em remessas constantes. As conexões se faziam necessárias, pois cada região era provedora de um ou outro tipo de espécie florestal, obrigando dessa forma a se remeter toras de madeiras das mais diversas áreas possíveis. Desse modo, essas regiões se configuravam em uma linha quase que retilínea perante o litoral da Bahia, sendo uma boa parte delas originárias da exploração madeireira. Esses espaços acabaram por ser demarcados no século XVIII como locais de entrada para as estradas dos “sertões”, que dentre outras rotas, destacava-se a do rio de Contas, em que também formalizava uma área de desembarque marítimo.

Como dito antes, as conexões entre essas regiões eram importantes, pois se buscavam de tudo em lugares diferentes como: escravos, alimentos e mão de obra de trabalhadores livres “falquejadores”, como, por exemplo, a do mestre carpinteiro e a dos barqueiros, responsáveis pelo transporte marítimo. Além disso, as espécies florestais utilizadas na indústria naval tinham suas localizações em áreas distintas, sendo que suas características e utilidades obrigavam aos Cortes Reais remeter a Coroa madeiras de diversos ambientes.

Esse panorama extrativista moldou as primeiras comunidades daquela Capitania, não somente isso, mas também, orientou nos processos de ocupação de povoados e vilas e nas relações comerciais e de trânsitos entre as mesmas, garantindo assim, o desenvolvimento das mais distintas localidades.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

CONCLUSÕES

Deve-se observar que a ocupação dos espaços naturais pelo homem, os quais deram origem a diversas localidades na antiga Capitania de Ilhéus, esteve orientada a partir do panorama extrativista proporcionado pela exploração madeireira nos chamados Cortes Reais (cortes de madeira de responsabilidade da Coroa Portuguesa). Da mesma forma, a indústria florestal introduziu os mais diversos personagens em seu circuito, como os indígenas, hábeis conhecedores das Matas e das espécies de madeiras, os escravos africanos, valorosos pela sua força de trabalho, e a mão de obra livre, responsável pelo controle, extração, condução e organização dos cortes, tudo isso regado pelas receitas financeiras de origem portuguesa.

Esse quadro marcou o nascimento de diversas comunidades, orientaram no amadurecimento de outras tantas e, contribuiu de forma determinante nas relações comerciais que fizeram com que a Capitania de Ilhéus não se configurasse apenas como um mero ponto de extração de madeiras, mas sim, como uma rota e ao mesmo tempo ligação comercial, a qual compunha outras regiões, como a Capitania da Bahia, de Alagoas e do Espírito Santo. Dessa forma, pensar no isolamento de determinado ponto é deixar de lado todo o ir e vir que fez parte do período colonial do Brasil e mais precisamente do século XVIII.

REFERÊNCIAS

ANAIS da Biblioteca Nacional (ABN), volume 36: *Ofício do Ouvidor da comarca dos Ilhéos, Baltasar da Silva Lisboa, para D. Rodrigo de Sousa Coutinho,...* Cairu, 20 de março de 1799, p.102-117.

DIAS, Marcelo H. *Economia, sociedade e paisagens da capitania e comarca de Ilhéus no período colonial*. Niterói, PPGH-UFF, 2007 (tese de doutorado).



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

_____. As feitorias de madeira e a ocupação territorial da antiga capitania de Ilhéus. In *Especiaria* (Revista da UESC), Ilhéus, n. 11-12 jan./dez. 2003, p. 145-177.

_____. Senhores da floresta. In *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, n. 7, jan. 2006, p. 53-57.

GINZBURG, Carlo. "Sinais: raízes de um paradigma indiciário" IN *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo, Cia Editora Nacional/USP, 1968.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, nº 10, p. 7-28, dez. 1993

SANTOS, Madson Mendes. A exploração madeireira no território da antiga Capitania de Ilhéus, 1784 – 1808. *Anais: Ciclo de Estudos Históricos*, UESC, 2008. Disponível

em:http://www.uesc.br/eventos/ciclohistoricos/anais/madson_mendes_dos_santos.pdf.